

Doze ideias sobre temas e estratégias de Medicina e Saúde Pública

A Medicina Contemporânea e o Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa


Maria de Fátima Nunes*

Resumo – O tempo do cientismo de final de século XIX teve uma projeção cultural e ideológica muito ampla no mundo ocidental, e em Portugal. Entre diferentes regimes de Estado – Monarquia e República – interessa analisar discursos de saúde e de medicina e entrar na construção cultural e científica dos médicos em Portugal, de modo a obter resposta para uma nova agenda da historiografia portuguesa: tempos políticos e tempos científicos, que contêm muitas permanências e substanciais alterações de forma pública! *12 Ideias* centra-se na arqueologia de palavras e ideias do *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* e de *A Medicina Contemporânea* em busca de respostas...

Palavras-chave: Periodismo científico; Saúde pública; Cultura científica.

Abstract – The period of scientism of the end of the 19th century had a very vast cultural and ideological projection in the western world, and Portugal. Between different state regimes – Monarchy and Republic – it is important to analyze discourses of health and medicine and penetrate in the cultural and scientific formation of the physicians in Portugal, in order to obtain the answer to a new agenda of Portuguese historiography: political and scientific periods, which hold many public permanent and substantial changes. *12 Ideas* centers in the archeology of words and ideas from the *Journal of the Society of Medical Sciences of Lisbon* and *Contemporary Medicine* in search of answers...

Keywords – Scientific period; Public Health; Scientific culture.

* mfn@uevora.pt; Professora Catedrática, Departamento de História, Universidade de Évora. Investigadora do CEHFCi – Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência. 

1. No âmbito do Mestrado de Erasmus Mundus – Public Health and Welfare State – temos, nos últimos anos, dado uma atenção especial à temática de investigação relacionada com a História da Saúde Pública e das suas relações com a História da Ciência e da cultura científica, especialmente na transição do século XIX para o XX. Trata-se de um campo de investigação muito rico e entusiasmante, dado que permite revisitar o conceito de saúde pública das Luzes, protagonizado pelo médico português António Ribeiro Sanches (1699-1783) que deixou várias sementes na inconsciente colectivo do Estado liberal e na sociedade civil. O cientismo, advindo do Positivismo, teve uma apetência especial em recuperar a memória das obras e as ideias deste notável médico europeu das Luzes e fazer ressurgir, no espaço público e no debate público parlamentar, o tema da necessidade de normas legislativas para “conservar e manter a saúde pública dos povos”, garante de subsistências e grandeza dos Estados modernos e progressistas, no final do século XIX.

Se nos centramos na viragem da Monarquia para a República, em Portugal, podemos começar por colocar várias perguntas, hipóteses de trabalho ou pistas de investigação que se foram articulando ao longo de leituras, de dúvidas, de debates no âmbito da prática de investigação científica do Centro de Investigação de Estudos de História e Filosofia da Ciência [CEHFCi].

2. Analisar os processos de ligação entre ideologia, saber científico e poder médico implica, sempre, o eterno retorno ao tempo cultural e científico das Luzes europeias e da sua projecção em Portugal, no último quartel do século XVIII, se quisermos, depois da data marcante de 1755. Um sismo que abalou as estruturas da cultura e da ciência no enquadramento do Estado português. Se ao espaço de debate dos círculos do iluminismo e da desdivinização da Natureza, utilizando a expressão de Norberto Cunha¹, juntarmos as ideias inovadoras da Revolução Francesa e do Comité de Saúde Pública, percebemos que no final de setecentos, na Europa (e no Novo Mundo do outro lado do Atlântico...), a comu-

¹ Norberto Cunha, *Elites e académicos na cultura portuguesa setecentista*, IN-CM, 2001.

nidade médica existente ia adquirindo poder, prestígio e um papel cada vez mais importante na construção de um Estado em Natureza e na definição de medidas de prevenção e de profilaxia médicas.

No âmbito da emergência da imprensa literária e científica, aparece a inovação do periodismo médico e farmacêutico, quer na Europa quer em Portugal, como em trabalho específico sobre o tema se analisou há alguns anos². Neste contexto, surge a crescente importância pública da ciência e do papel dos cientistas, especificamente dos médicos, apetrechados cada vez mais com mecanismos de profissionalização e do seu público reconhecimento, quer perante a sociedade de cidadãos oitocentistas, quer perante o Estado constitucional e legislativo. É fácil, pois, entender que cientismo e retórica científica foram armas importantes para legitimar a política (*e.g.* republicana)³ e os círculos de intervenção pública dos intelectuais cientistas médicos.

A realização de congressos médicos, os comités internacionais das Academias e Sociedades médicas e o movimento das Exposições Universais e Internacionais, em muito contribuíram para a divulgação e popularização deste segmento cultural e científico, radicado em Portugal desde 1836, com o aparecimento da Sociedade das Ciências *Médicas de Lisboa* e do *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. É uma história de longa duração do periodismo científico médico em Portugal e *núcleo de conexões de redes internacionais da comunidade médica em Portugal desde o tempo da Revolução de Setembro, no século XIX.*


3. Na mira de encontrarmos *nuances* de alteração de discurso sobre medicina e saúde pública em Portugal, na mudança de regime da Monarquia Constitucional para a República, procuramos canalizar a nossa atenção para dois dos mais importantes periódicos de Medicina em Portugal dessa época. Um, o já referenciado *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas*

² Maria de Fátima Nunes, *A imprensa periódica científica em Portugal (1772-1851)*, Lisboa, Estar, 2002.

³ Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.) *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009.

de Lisboa; outro o intitulado *A Medicina Contemporânea*, que surge em 1883, conotado desde sempre com a figura de Miguel Bombarda⁴.

Assim, pretendemos descobrir se se verificaram viragens temáticas nestes dois periódicos culturais e científicos entre o discurso público sobre a saúde pública, antes e depois da implantação da República, de 5 de Outubro de 1910. Fomos pesquisar as páginas dos dois periódicos com vista a detectar alterações no discurso do cientismo para justificar o novo regime republicano.






4. Em função da proximidade da data  5 de Outubro de 1910 (aquando da elaboração deste artigo), dirigimos as nossas pesquisas para o título de *A Medicina Contemporânea*, por possuir uma auréola mítica de discurso higienista, de republicanismo protagonizado por Miguel Bombarda, eivado de temáticas relacionadas com a saúde pública, com o publicismo da medicina e das medidas sanitárias e higienistas, bem espelhadas na profusão de anúncios com que o periódico se apresentava sempre na segunda parte. Como se de um outro periódico de *A Medicina Contemporânea* se tratasse, talvez para outro público, talvez para um outro olhar... mas sempre envolvendo, na estratégia de difusão, os membros conhecidos e prestigiados da comunidade médica.

O resultado encontrado foi inesperado. De facto o ano de 1910, mais especificamente, o número referente a 16 de Outubro desse novo tempo inaugural do regime republicano, foi marcado (com honras de primeira página) com a notícia da morte de Miguel Bombarda! Assim, no número 41.º, série II – Tomo XIII, de 16 de Outubro de 1910, a revista científica intitulada *A Medicina Contemporânea Hebdomario Portuguez de Sciencias Medicas*, apresenta como folha de rosto a fotografia de Miguel Bombarda. Integra um dossier completo sobre o relato do seu assassinato por um dos seus doentes alienados e uma homenagem médica e cultural. Esta é levada a cabo por J. J. da Silva Amado, professor da Escola Médica de Lisboa e Presidente da Academia das Ciências de Lisboa; por Mark Athias, salientando a importância do laboratório na sua vida médica e pública;

⁴ Paulo Araújo, *Miguel Bombarda médico e político*, Lisboa - Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.

por Caetano Beirão, da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa; por A. de Vasconcelos que enaltece os seus dotes e filiação republicana e por Pinto de Magalhães que publica os resultados da autópsia realizada ao seu Amigo!

O dossier ficou completo com as notas biográficas, com o relato do “funeral nacional”, como tal considerado pelo governo, e por uma síntese bio-bibliográfica, ainda com fortes laivos de emoção e espanto.

Deste balanço de notícias necrológicas, *já com tempero de discurso livre republicano, destacamos duas tónicas para os nossos objectivos.*  o facto de Bombarda passar à categoria de patriota da Nação e da Pátria, tendo “trabalhado devotadamente para o seu engrandecimento, quer na cátedra que tanto honrou, quer nos congressos internacionais⁵ impondo o nome português à admiração de toda a medicina culta, quer na tribuna popular ou parlamentar”⁶.  outro registo liga-se à preocupação de enaltecer-se o papel que Bombarda teve na introdução do conceito operatório e de prática científica laboratorial na história da medicina e da saúde pública em Portugal, a par com o seu amigo Câmara Pestana. Ambos contribuíram para transformar a colina do  do de Santana –  bis Campo dos Mártires da Pátria – numa verdadeira colina da saúde em Lisboa, com hospitais diversos, laboratórios, experimentações e práticas científicas e culturais viradas para o melhoramento da saúde pública em Portugal. 

É neste registo que vale a pena recordar algumas das palavras de Mark Athias:

Logo com o progredir do nosso meio científico, se lhe proporcionou a ocasião, Bombarda soube mostrar que o ensino não se devia limitar a uma exposição oral, por mais completa e lúcida que fosse. Em 1889 conseguiu criar um acanhado recinto de um velho edifício escolar um laboratório de histologia, cuja direcção técnica confiou ao sábio ilustre (...) Câmara Pestana. Neste modesto laboratório tiveram algumas gerações de estudantes, não os

⁵ Com particular destaque para o XV Congresso Internacional de Medicina em Abril de 1906, realizado em Lisboa, na Escola Médica de Lisboa, tendo tido um enorme envolvimento de Miguel Bombarda quer na sua organização quer na projecção internacional da comunidade médica em Portugal.

⁶ A. de Vasconcelos, “III – Bombarda patriota”, in *A Medicina Contemporânea*, 16 Outubro 1910, p. 326.

curso prático que o professor tanto ambicionava, mas a demonstração com preparações histológicas necessárias à compreensão do que ouviam na aula e liam nos compêndios (...) (em complemento) foi sem dúvida, a criação do laboratório de Rilhafões um dos mais assinalados serviços que o chorado professor prestou em Lisboa à ciência que tão brilhantemente professava”⁷.

Dado o impacto que teve a morte de Miguel Bombarda na revista médica designada de *contemporânea*, considerámos útil iniciar uma arqueologia de artigos, de ideias, de conceitos e de personalidades desde o seu início, em jeito de súplica de perfil de publicação. Esta, desde sempre é conotada com Bombarda e com o poder médico, com a alimentação do debate público em torno de temáticas inovadoras, como o uso social da medicina e a organização de um sistema e de instituições úteis à saúde pública, decerto temas caros ao imaginário de cientismo positivista, de laivo republicano. Num olhar traçado aos índices e a alguns dos artigos da revista, neste tempo de transição de monarquia para a república, nota-se que se estabelece uma rede de instituições de Lisboa e do resto do país, relacionadas com os espaços de saúde e a sua promoção científica e política para o desenvolvimento social de Portugal.

5. De acordo com os artigos publicados até à morte de Miguel Bombarda, percebe-se que um dos objectivos fundamentais de *A Medicina Contemporânea* é fornecer ao leitor – membros da comunidade médica e farmacêutica –, e aos poderes públicos, informações detalhadas relativas a espaços de saúde e de medicina existentes no País, assim como lançar achegas para a importância de laboratórios e de hospitais funcionarem de acordo com uma gramática de progresso científico, sobretudo influenciada pelos modelos francês e alemão.

No âmbito da tipologia de notícias e de informações médicas vs. saúde pública, a revista incluía também elementos estatísticos relativos ao clima e à mortalidade populacional sazonal, assim como um abundante noticiário relativo à vida científica de Institutos e Laboratórios Municipais, à realização e caracterização de Congressos Científicos e Socieda-

⁷ Mark Athias, “I - O Professor”, in *A Medicina Contemporânea*, 16 Outubro 1910, p. 323.

des Médicas. A Sociedade de Geografia de Lisboa – uma placa giratória para a realização e participação de Congressos Científicos – ocupa igualmente um lugar de destaque informativo no que toca à medicina e à saúde pública. Decerto que o postulado do cientismo colonial de um Estado, dotado com população sadia e robusta, estaria em condições ideais e favoráveis para os grandes desígnios ultramarinos da pátria portuguesa!

Ao completar o seu oitavo ano, o director da revista – Fragoso Tavares – realiza um balanço do papel do hebdomadário.

Traduzir e apreciar o nosso movimento e progressos médicos; consignar periodicamente as observações e estudos, para que tanto se prestam os nossos hospitais, onde estudantes, médicos e professores (...) diariamente assistem a casos clínicos numerosos e instrutivos; consignar em desenvolvidos extractos as discussões científicas (...) havidas tanto na nossa Sociedade das Ciências Médicas (...) registar (...) os ecos do enorme movimento científico estrangeiro (...) proporcionar ao leitor (...) o resumo condensado, dos progressos diários da ciência d curar dispersos em dezenas de jornais estrangeiros que por hábito não chegam às mãos do médico prático, sobretudo dos nossos colegas que residem fora das grandes cidades, afigura-se (como uma) obra útil, prática, aproveitável e moderna⁸.

6. No campo da divulgação institucional, acompanhada de doutrina médica em favor de melhoramentos de saúde *pública*, registamos o grande destaque e cobertura fotográfica do “Serviço de Varioloso” em Arroios, em Lisboa. A transformação/adaptação de antigo convento em “hospital barraca”, com fotografias de exteriores e zonas envolventes, assim como de interiores: as camas enfileiradas nas enfermarias e o pessoal de apoio, estático para a fotografia, para a posteridade e para a divulgação e publicidade deste serviço de apoio à população.

O mais interessante é o pormenor da descrição do quotidiano clínico do Hospital de Arroios, vocacionado para doentes de varíola, como as medidas exemplares de higiene pública e de prevenção do contágio: pessoal com touca e blusas compridas; lavagem rigorosa com desinfectantes,

⁸ Fragoso Tavares, “Oitavo Ano”, in *A Medicina Contemporânea*, 1890, p. 1.

quer à entrada quer à saída; “As enfermarias são limpas e desinfectadas quatro vezes por dia com soluto de sublimado (...) os colchões são queimados [...] os utensílios das refeições são lavados em água a ferver (...) os cadáveres, depois de decorridas 24 horas, são metidos em caixões e cercados de cal (...)”⁹. Estes são alguns dos muitos detalhes programáticos que o artigo extenso contempla¹⁰, numa clara intencionalidade de demonstrar a boa eficácia prática das medidas de saúde pública implementadas, neste caso em relação à varíola.

A reorganização dos serviços sanitários, a par com a estatística, *e.g.* do surto de “Influenza” de 1896 é outro dos tópicos importantes na divulgação dos temas da actualidade.

Quase num balanço de instituições existentes e de práticas sanitárias legislativas, *A Medicina Contemporânea*, através do seu Director Miguel Bombarda, divulga o plano de “Reorganização dos serviços sanitários”, em 1901.

Está prestes a ser editado o regulamento geral dos serviços de saúde, que porá em plena execução a reforma operada no novo regime sanitário oficial (...) Os serviços centrais que fazem parte da Direcção Geral de Saúde e de Beneficência, são o Conselho Superior de Higiene, a Repartição de Saúde e Inspecção Geral, tornada centro *médico* profissional da administração sanitária (...) Organizam-se as delegações de saúde, dando uma constituição especial às de Lisboa e Porto. Regulam-se os estabelecimentos especiais, como o Real Instituto Bacteriológico, o Instituto Central de Higiene, os Posto de Desinfecção pública de Lisboa e Porto. O Instituto Central de Higiene (...) destina-se ao ensino demonstrativo de aperfeiçoamento e habilitação de médicos e engenheiros sanitários. É dotado com um museu de higiene e laboratório (...)¹¹.

7. Num breve balanço, podemos dizer que não existem cortes entre a *lógica* discursiva de *A Medicina Contemporânea* antes e depois da implan-

⁹ João Pedro d’Almeida, “O serviço de variolosos em Arroios”, in *A Medicina Contemporânea*, 13 Outubro 1895, p. 327.

¹⁰ *Idem*, pp. 323-328.

¹¹ Miguel Bombarda, “Actualidades. Reorganização dos serviços sanitários”, in *A Medicina Contemporânea*, 15 de Dezembro 1901, p. 407.

tação da República, em 1910. O que encontramos, desde a sua fundação em final do século XIX, é um conjunto de traços de permanência e de continuidade de discurso científico e de ideologia científica, que podem assumir retóricas de crítica política ou ideológica. Mesmo antes do 5 de Outubro de 1910, encontramos Bombarda super activo em 1905, a propósito de um tema pretexto: “o pagode sanitário” ou a organização sanitária do Bispo de Viseu. Artigo ácido e contundente para com a opinião pública, que não deu mais valia às medidas de saúde pública pelas quais a comunidade científica médica tanto tinha pugnado para a sua concretização.

Não pensamos estar tão perto da verdade aquando *há duas semanas* pedimos para voltar à organização higiénica do bispo de Viseu. O que vinha a mote de *boutade não esta longe de se transformar numa coisa muito real*. Na imprensa diária perdeu-se todo o pudor que devia acatar uma obra que, fielmente cumprida, seria a regeneração sanitária do país. Hoje não se assalta somente o Instituto de Higiene pela obrigação de já serem médicos aqueles que o frequentam, assaltam-no ainda como instituição necessária e útil e declaram-no absolutamente sem serventia para o aperfeiçoamento técnicos dos funcionários de saúde. É certo que há nesta atitude de uma parte da imprensa, muita política, muito interesse e muita paixão. Os eminentes e prestigiosos chefes de partido são a todo o momento invocados, e nem mesmo os querem ver menos eminentes e menos prestigiosos quando lhes passam atestados de idiotismo (...). E a nossa grande organização sanitária vai desabar, tais são as enxadas que lhe estão caindo em cima; Portugal que podia ufanar-se de possuir uma das organizações mais adiantadas da Europa em matéria de higiene pública, como já possui em matéria de alienados criminosos, Portugal vai ser a vergonha de países cultos nesta derrocada dos seus serviços sanitários. E ao passo que aqui se recuam bons vinte anos, o Brasil (a República) segue montando a sua higiene pública em bases modernas, graças ao consenso do público, que se resigna, se não aplaude, por mais que lhe constremem a liberdade (...)¹².

¹² Miguel Bombarda, “O pagode sanitário de amanhã”, in *A Medicina Contemporânea*, 1 Janeiro 1905, pp. 1-2. O pretexto para este artigo extremamente contundente, que abre o ano de 1905, prende-se directamente com os ataques que imprensa oficial (controlada pelo poder político governamental vigente) havia feito à funcionalidade do Instituto de Higiene de Lisboa, saído da reforma sanitária de 1901: “Os que atacam a reforma de 1901 sabem muito bem que ela é um progresso da nossa terra; os que não querem o Instituto de

8. Ainda no âmbito dos traços de permanência elegemos também a publicidade como um dos elementos de ligação entre a “velho” século XIX e o “novo” século XX. Uma estratégia publicitária que sempre acompanhava a revista, publicitando produtos, casas comerciais, serviços de saúde pública e utensílios sanitários. Folheando o suplemento publicitário encontramos anúncios úteis, diversificados e específicos, tal como os frascos de Huuyadi János – purgante das famílias, ou os de Arriaga, óleo de fígado bacalhau, oriundo da indústria portuguesa.

Num outro registo, encontramos os espaços (novos mitos) de saúde: a publicidade ao Banho de Mar Artificial, o publicitar do Parque vaccionegico – C. Moniz Tavares, ou, ainda, a importância para a saúde individual de complementos alimentares, tal como o Vinho Tónico Barral ou as Cápsulas de Sândalo Bretonneau, de Paris, talvez complementadas profilaticamente pela Antipyrina do Dr. Knorr, ou as pilulas Peitoral de Cereja Ayer contra sezões.

Um desfolhar de *A Medicina Contemporânea* – edição de anúncios – permite um trabalho muito interessante de percepção de redes de consumo de produtos médicos e correlativos, tendo a revista o cuidado de publicitar no cabeçalho que “L’Agence Havas, Place de la Bourse, n.º 8, est seule chargée, à Paris, de recevoir pour le journal les annonces d’origine française et anglaise”, o que nos permite entender a inserção europeia da revista e dos seus directores e membros da redacção. Por outro lado, percebe-se que existe uma estratégia de diversificação de intervenção no espaço público, contemplando a comunidade científica, mas também o grande público letrado (ou não) que podia ler, ou ouvir ler, as várias páginas de anúncios referentes ao melhoramento da saúde pública individual e colectiva.

Podemos colocar, também, a hipótese de esta ser, igualmente, uma forma de garantir receitas para projecto científico e cultural da *A Medicina Contemporânea* – um modelo empresarial de revista periódica

Higiene conhecem de sobra que ele só poderá realizar a regeneração do nosso funcionamento sanitário e que os cursos sanitários de Coimbra e do Porto estão longe de o poder substituir”, *idem*, p. 2.

científica em competição, por exemplo, com a publicidade da imprensa informativa nacional e regional.

Em jeito de síntese, podemos afirmar que a revista médica, dirigida boa parte do tempo por Miguel Bombarda, apresenta enormes traços de permanência mitigados com laivos de inovação científica ao nível do discurso transmitido no espaço público. E com uma nova arma de intervenção no espaço público: a publicidade. Uma nova estratégia de afirmação de poder de uma comunidade cada vez mais indispensável à população – os médicos e os engenheiros de saúde pública, para usarmos a terminologia de Bombarda.

9. A data da instauração do 5 de Outubro é marcada, como já vimos, pelo dossier “assassinato Bombarda”. Depois, os números que se seguem, já com novo director – Bello Morais – mantêm a mesma linha de edição e o mesmo tipo de artigos e de discurso. A retórica contundente de zurrir nos políticos do governo monárquico termina, evidentemente, mas o enfoque principal da organização da revista mantém-se fiel à gramática de organização informativa e expositiva dos seus números inaugurais. O mesmo se observa para os números vertidos em anúncios publicitários; reforçamos a ideia de ser uma importante fonte de receitas para a publicação se manter viva e operante.

Será em 1912 que a revista assume uma postura de balanço de longa duração das instituições *médicas e do prestígio que estas podem emprestar à República*, dotando de força científica a Pátria e a Nação...

Uma geografia científica – médica e de saúde pública – que estabelece uma plataforma entre o passado do grupo científico da revista e o futuro ds instituições médicas da República, qual ponto de situação de instituições de Saúde Pública do regime republicano¹³.

As instituições de ensino médico e de saúde pública, assim como a memória e a caracterização dos espaços hospitalares, os espaços museológicos de Lisboa, Porto e Coimbra são largamente documentadas e sis-

¹³ Seguiremos, em síntese, o longo artigo “Centro universitário de Lisboa, Centro universitário do Porto, Centro universitário de Coimbra”, in *A Medicina Contemporânea*, 29 Dezembro 1912, pp. 410-432.

tematizadas para as três cidades universitárias instauradas pela legislação de 1911, pelo regime republicano.

Num olhar de síntese, pretende este artigo de memória médica caracterizar a rede de instituições médico-sanitárias que Portugal dispunha na época.

A capital do império dispunha de um complexo de tipologias muito alargado, nele se destacando a Escola de Medicina Tropical e o Hospital Colonial e a existência de um Curso de Medicina Sanitária, locado no Instituto Central de Higiene, dirigido por Ricardo Jorge.


As cidades do Porto e de Coimbra aparecem caracterizados como as “outras cidades universitárias” que *também* dispunham de pilares fundamentais para o ensino, prática e assistência hospital diversificada, para além das publicações e das agremiações científicas médicas, marca de profissionalismo nacional da comunidade científica em presença.

Podemos afirmar que o corpo redactorial da revista tinha uma gramática de observação que utilizou para as três cidades universitárias: composição do Senado; Faculdades de Medicina e respectivos Hospitais escolares; rede hospitalar de várias especialidades (e.g. alienados, mulheres e crianças, tuberculose, doenças venéreas...), Museus (antropológicos geológicos, colonial, pedagógico); rede de assistência pública e da Misericórdia; agremiações científicas e publicações médicas existentes.

Uma leitura atenta deste longo artigo de *A Revista Contemporânea*, de final de 1912, permite-nos entender que se trata de um balanço de um percurso percorrido pela comunidade médica portuguesa, cientificamente e militantemente publicitado a partir do nascimento da revista, em 1883. Este longo repositório de memória pode ser assumido como uma plataforma de chegada e de cobertura nacional, para o ensino das práticas médicas sanitárias, a partir das três cidades universitárias: Lisboa, Coimbra e Porto.

10. No discurso emitido para o espaço público, não se notam alterações de regime nem de composição de redacção; a mudança de director foi ditada pelo facto de um doente do Hospital de Rilhafoles ter assassinado Miguel Bombarda no seu gabinete, como atrás referenciamos. Po-

demos, pois, aludir a laços de grande permanência temática e discursiva ao longo das várias centenas de páginas desta publicação científica médica, elo de comunicabilidade para esta comunidade de intensas práticas científica na sociedade.

Para o espaço público alargado, para a leitura das famílias alfabetizadas, ou as que ouviam ler em locais de sociabilidade específicos (*e.g.* os cafés, as bibliotecas populares,  ambientes recreativos e culturais populares, quer rurais ou urbanos), manteve-se inalterável a prática da publicidade a produtos e a casas recomendáveis para o melhoramento e prevenção da saúde individual e colectiva. Uma história de publicidade de grande permanência, nesta transição de regime constitucional monárquico para o regime da República. Um deleite para a nossa leitura de evasão, uma fonte fundamental para os hábitos de consumo de higiene e de saúde, uma geografia nacional e internacional de uma rede de comércio e de espaços idealizados para retemperar *ânimos, forças físicas* e aliviar doenças variadas. Estamos em crer que esta estratégia publicitária, envolvendo sempre os nomes da direcção e da redacção da revista, era uma forma de tornar a publicação rentável e, assim, possibilitar a sua continuidade, tal como acontecia no *Diário de Notícias*, propriedade de sucesso de Eduardo Coelho.

11. Se nos voltarmos para *O Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, rosto colectivo de longa duração (desde o ano 1836) da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, rapidamente entendemos que, se a comunidade científica é a mesma, a tónica e a estratégia do discurso das suas páginas é diferente¹⁴. Neste jornal, órgão de uma sociedade científica médica, temos a divulgação endógena dos debates da comunidade, da geografia dos seus sócios nacionais e internacionais, o que permite

¹⁴ Uma memória sobre a Sociedade e o *Jornal das Ciências Médicas* de Lisboa pode ser consultada em J. Cortez Pimentel, “Alguns aspectos iconográficos e bibliográficos dos 150 anos da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa”, in *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, Outubro, 1974, pp. 659-723. Um repositório informativo muito importante para se entender a construção da memória institucional e científica por parte da Sociedade e a preocupação de divulgar para a comunidade científica o travamento de coerência da instituição.

entender o estabelecimento de redes de largo espectro espacial. Para além de excertos de Actas, das entradas por permuta na Biblioteca da Sociedade, o *Jornal* não hesita em realizar a cobertura de Congressos considerados fulcrais para a comunidade médica que representa, e.g. o 3.º Congresso da Liga Contra a Tuberculose (realizado em Coimbra, em Abril de 1905) e o discurso institucional de abertura proferido por Sabino Coelho¹⁵.

Ainda nesta trilogia de “saúde – medicina – problemas sociais”, chamamos a atenção para a pertinência da publicação do Relatório de António de Azevedo “destinado (...) a ser lido em sessão do 3.º Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose...”¹⁶. Trata-se de um olhar social sobre o problema da tuberculose, a partir das condições de habitabilidade da classe operária em Portugal.

Em síntese, temos um conjunto de textos institucionais que marcam sempre o andamento anual da publicação, evidenciando a vida interna e as ligações internacionais que a Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa mantinha.

A implantação da República não provocou rupturas, facto confirmado pela comemoração dos 150 anos da Sociedade, dado que se seleccionou uma data do século XIX (1868 – momento de estancar as crises financeiras internas) para, a seguir, se fazer publicitar ter sido a Sociedade agraciada com a grã-cruz da Ordem Militar de Santiago e Espada, através do Ministério da Instrução Pública, por Dec.- Lei de 15 de Outubro de 1924 e publicado em *Diário do Governo* em 28 de Novembro de 1925¹⁷.

12. Rápido balanço em aberto.


Em primeiro lugar, temos que registar que as estratégias da comunidade profissional e científica médica, utilizada nas duas publicações –

¹⁵ Sabino Coelho, “Congresso de Coimbra. O 3.º congresso dos núcleos da Liga Nacional contra a Tuberculose”, in *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, Janeiro – Junho 1904, pp. 43-48.

¹⁶ António de Azevedo, “Relatórios. Habitações Operárias em Portugal”, in *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, Janeiro – Junho 1904, pp. 49-125.

¹⁷ Ver Cortez Pimentel, “Alguns aspectos iconográficos e bibliográficos dos 150 anos da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa”, in *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, Outubro 1974, p. 714.

A Medicina Contemporânea em O Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa –, constituem dois exemplos distintos de imprensa médica especializada, mas protagonizados por uma mesmo rosto colectivo humano, com empenhamentos profissionais e práticas científicas comuns. O que torna distintas estas duas publicações são os seus públicos e os círculos de opinião pública onde se inserem. Estamos perante uma mesma comunidade científica e profissional, desempenhando um duplo papel de intervenção na sociedade portuguesa.

E a pergunta inicial, quase de retórica de mitos cristalizados de visões da História – e a República de 1910? Onde está nesta comunidade médica, cujo suporte e saber *vs.* poder tão importantes foram na legitimidade da publicitação e implantação do novo regime? Onde se encontram os traços da ideologia científica ao serviço da ideologia política, tendo com intermediário a ideologia dos profissionais da saúde e da medicina? A resposta é rápida e peremptória. A arquitetura e a gestão interna das duas revistas,  apresentam alterações de registo de organização. Não se registam referências directas ao novo regime ou à nova configuração Estado, com excepção da caracterização dos três Centros universitários portugueses: Lisboa, Porto, Coimbra, exactamente por esta ordem de entrada geográfica!

Então, podemos levantar uma outra hipótese. Talvez a data de 31 de Janeiro de 1891 possa funcionar como *pivot* de afirmação pública da comunidade médica de um discurso vertido em cientismo, em benefício de militância profissional a favor da saúde pública em Portugal, visando propor (impor) um conjunto de alterações, de reformas para nos aproximarmos dos Estados civilizados... e cultos, dominadores de vastos impérios coloniais em África e na zona geográfica do Índico.

Se tomarmos como ponto de referência a tentativa portuense de implantar a República em Portugal, podemos ver o desenho ténue de um fio condutor centrado no cientismo, com *nuances* de: republicanismo, de exaltação do papel assistencial do Estado (em detrimento da caridade, por exemplo, das Misericórdias e ordens religiosas). Assim, desde a última década do século XIX, desenha-se ao longo das páginas das duas publicações (ainda que de modo muito diferenciado) um plano de acção

de saúde pública, numa perspectiva europeia comparada, incluindo o caso do Brasil, República de “Ordem e Progresso” a partir de 1889.

Deste modo, no âmbito do “consciente possível”, usando a categoria conceptual de Lucien Goldman, podemos afirmar que *A Medicina Contemporânea* teve uma intervenção publicista no espaço público, através dos seus artigos, mas muito especialmente pelos seus dossiers de publicidade mensais, alter-ego da publicação científica, contribuindo para a abertura de espaço cultural, científico, mental e ideológico na sociedade portuguesa, cujos traços de identificação publicitária, médica e de saúde pública se mantiveram após o 5 de Outubro de 1910.

O *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* pautou-se sempre por se afirmar como o rosto colectivo profissional e científico da comunidade médica, a partir de Lisboa, a capital de um Império Colonial, em contexto europeu...